

GOVERNO REGIONAL DOS AÇORES

Resolução Nº 67/2003 de 5 de Junho

Considerando que, pela Resolução n.º 103/2001, de 2 de Agosto, foi ratificado o despacho do Secretário Regional da Habitação e Equipamentos de 10 de Maio de 2001, que havia autorizado a cedência de 77 lotes, do loteamento da Região Autónoma dos Açores, sito à Orla Marítima da freguesia de Rabo de Peixe, concelho de Ribeira Grande, ao consórcio formado pelas empresas Ediçor S.A. e Sociedade Técnica Açoreana, Lda., para construção de outras tantas habitações em regime de custos controlados;

Considerando que, através da referida resolução, foi apenas autorizado a celebração do contrato de cedência de 48 lotes, mais concretamente os numerados de 16 a 38 e de 41 a 65;

Considerando que, nesta data, estão reunidas as condições para a realização do contrato de cedência dos restantes 29 lotes.

Assim, nos termos da alínea b) do artigo 60.º do Estatuto Político-Administrativo da Região Autónoma dos Açores, conjugado com o n.º 4 do artigo 12.º do Decreto Legislativo Regional n.º 14/95/A, de 22 de Agosto, o Governo Regional resolve o seguinte:

1. Autorizar a celebração do contrato de cedência, em propriedade plena, de 29 lotes de terreno, numerados de 66 a 94, sitos ao loteamento da Região Autónoma dos Açores na Orla Marítima da freguesia de Rabo de Peixe, concelho de Ribeira Grande, omissos na respectiva matriz predial por se destinarem a construção urbana, mas participados pela apresentação da declaração para inscrição de prédios urbanos na matriz, em 17 de Dezembro de 2002, e descritos na Conservatória do Registo Predial de Ribeira Grande com os n.ºs 3225 a 3253/Rabo de Peixe, com o consórcio formado pelas empresas Ediçor SA e Sociedade Técnica Açoreana, Lda., para construção de outras tantas habitações, ao abrigo de contrato de desenvolvimento para a habitação (CDH) - custos controlados.
2. Delegar no Secretário Regional da Habitação e Equipamentos poderes para, em nome e representação da Região Autónoma dos Açores, aprovar a minuta do contrato de cedência e proceder à sua outorga.
3. A presente resolução entra em vigor no dia seguinte ao da sua publicação.

Aprovada em Conselho do Governo Regional, Velas – São Jorge, 20 de Maio de 2003. - O Presidente do Governo Regional, *Carlos Manuel Martins do Vale César*.